

PARA ONDE PARTIR? OS GUIAS PARA EMIGRANTES COMO FERRAMENTAS DA PROPAGANDA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Victor Gustavo de Souza*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir dois guias para emigrantes, aparatos da política de atração de imigrantes desenvolvida pelo Império Brasileiro, são eles: *O guia do emigrante para o Império do Brazil* (1884); e *A Província de S. Paulo no Brazil. Emigrante, lede este folheto antes de partir* (1886). Através de análises individual e comparativa das fontes, buscamos compreender as semelhanças, afastamentos e particularidades das políticas de imigração nacional e paulista.

Palavras-chave: Guias para Emigrantes; Políticas Imigratórias; Propagandas Imigratórias.

* Mestrando em História pela UNESP, Campus de Assis/SP. Graduado em História-UNESP. Pesquisa de Mestrado financiada pela CAPES. E-mail: <victor.assuntosacademicos@gmail.com>.

Where to go? The guides for emigrants as tools of Nineteenth-century Brazilian immigration propaganda

Abstract: This article aims to discuss guides for immigrants, apparatuses of the immigrant's attraction policy developed by the Brazilian Empire, which is: *The Emigrant's Guide to the Empire of Brazil* (1884); and *The Province of S. Paulo in Brazil. Emigrant, read this leaflet before you leave*; (1886). Through the comparative analysis of sources, we seek to understand the similarities, departures and peculiarities of both national and paulista immigration policies.

Keywords: Guides for Emigrants; Immigration Policies; Immigration Propaganda.

Introdução

Entre o fim do regime escravista e o estabelecimento de um fluxo imigratório contínuo e bem-sucedido no Brasil existe um grande espaço ocupado por diversas transformações no Império; por embates entre interesses públicos e privados; conflitos entre fazendeiros e trabalhadores livres; numerosas tentativas e, principalmente, copiosas falhas. Os estudos sobre imigração e sobre a substituição do trabalho escravo proporcionaram vasta literatura sobre os mais variados temas e perspectivas. Para este artigo selecionamos os guias para emigrantes como objeto de

análise, materiais que apareceram citados de maneira marginal em algumas pesquisas, mas que ainda não foram analisados de maneira aprofundada.

Publicados em diversos momentos do período imperial e no início da República, os guias para emigrantes tinham como objetivo geral apresentar ao estrangeiro as características e vantagens de uma determinada região, a fim de que para lá ele se dirigisse. Tanto instituições privadas, como os órgãos públicos, utilizaram-se desse aparato em suas tentativas de atrair o imigrante para o Brasil. A propaganda servia para eliminar possíveis dúvidas quanto à imigração e melhorar a imagem do país — mesmo que isso significasse não ser totalmente verdadeiro nas informações fornecidas.

Buscaremos discutir, portanto, resultados parciais obtidos através das análises de duas dessas propagandas: *O guia do emigrante para o Império do Brazil* (1884) e *A Província de S. Paulo no Brazil. Emigrante, lede este folheto antes de partir* (1886). Considerando que São Paulo desenvolveu uma política imigratória voltada às fazendas de café e o Governo Central empenhou-se em colocar colonos em locais com carência populacional e de gêneros de primeira necessidade, investigar como esse embate entre província vs. Império ocorreu nas páginas de seus materiais propagandísticos nos permite compreender as necessidades e particularidades de regiões distintas e as diferentes visões em relação a figura do imigrante e seu papel na nação.

Iniciadas em princípios do século XIX, as tentativas para introduzir o trabalhador livre no Brasil não vingaram de maneira satisfatória até a crise do sistema escravista¹, visto que a mentalidade presente na sociedade brasileira encarava a pessoa do colono como mercadoria, não entendendo que sua mão de obra era o produto, o que causou diversos conflitos entre fazendeiros e imigrantes².

Os termos “colono”, “colônias” e “colonização” merecem atenção especial, uma vez que se relacionam diretamente com o texto. Segundo Manfroi, no Brasil, o termo colonização foi utilizado para definir o processo de desmatamento das florestas, a fim de que os territórios pudessem ser utilizados para agricultura e povoamento. Dessa forma, ele utiliza o vocábulo somente para indicar “a introdução de colonos estrangeiros (imigrantes) para a valorização de terras incultas, sob direção do governo ou de

¹ Desde a época joanina este já começava a aparecer nos planos do governo, fato que teria início com a promulgação do decreto de 25 de novembro de 1808, onde D. João autorizava todos os estrangeiros residentes no Brasil tornarem-se proprietários de terras. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1808, p. 166, Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-40271-25-novembro-1808-572458-publicacaooriginal-95562-pe.html>>. Acesso: 15 de janeiro de 2019.

² Como exemplo destaca-se o caso do Sistema de Parceria, idealizado pelo Senador Vergueiro. Ver mais em: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Tradução, prefácio e notas Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins: EDUSP, 1941; BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1968.

particulares”³. Assim, ao discutirmos o processo de imigração e colonização nas províncias sulistas e capixaba, nos apoiaremos na definição dada pelo autor.

Porém, não nos parece apropriado utilizá-la ao discutirmos os imigrantes da província de São Paulo, visto que não foram assentados visando atender aos objetivos expostos por Manfroi. Os colonos fixados na província paulista ficaram responsáveis, quase que exclusivamente, por ações referentes ao plantio, tratamento e colheita do café — e não valorização da terra ou preenchimento dos vazios.

Percebe-se, então, a variedade de sentidos que esses termos encerram em si: o colono do Rio Grande do Sul, cultivando seu próprio lote e vendendo seus excedentes na feira local, não desempenha a mesma função que o colono de São Paulo, trabalhando para terceiros em fazendas monocultoras de exportação. Logo, não podem ser tratados da mesma maneira, com a mesma definição.

Com o avanço das medidas abolicionistas, a preocupação dos cafeicultores do Centro-Sul com a carência de mão de obra e o vazio demográfico que o Brasil enfrentava tornavam-se, cada vez mais, alvos de debates e a conjuntura em que o Brasil se encontrava

³ MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre: Fotogravura do Sul Ltda, 1975, p. 9.

exigia alternativas para a crise, que encontrou no europeu a solução.

Para isso, os fazendeiros contaram com o apoio de medidas governamentais e de agremiações que se empenharam em desenvolver uma política imigratória – aliás, políticas imigratórias, como veremos. Instituições como a Sociedade Central de Imigração (RJ, 1883-1891) e a Sociedade Promotora de Imigração (SP, 1886-1896), grupos com interesses distintos, mas que se utilizaram fortemente da propaganda, tanto no âmbito nacional quanto internacional, a fim de melhorar a imagem do Brasil e desenvolver um fluxo migratório para o país.

Imigrantes para o Império

Publicado sob o comando da Inspeção Geral de Terras e Colonização (IGTC)⁴, em 1884, o opúsculo *O guia do emigrante para o Império do Brasil* possui 64 páginas e aborda assuntos que vão desde culto religioso até o transporte de bagagens; favores concedidos pelo governo imperial e estradas de ferro; agricultura à naturalização. Em relação à capa (fig.1), seu título localiza-se na

⁴ Criada pelo decreto nº 6129, em 23 de fevereiro de 1876, a Inspeção veio substituir a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas¹⁵⁷ e tinha como funções administrar todos os assuntos referentes à “recepção, agasalho, destino e estabelecimento dos imigrantes”, demarcar as terras públicas e dividir os lotes para os imigrantes, bem como resolver os problemas que poderiam surgir nesse espaço entre a chegada do imigrante e sua colocação no núcleo destinado. SALLES, Maria Izabel Bernardes Moreira. **Santana** – imigração e colonização (um núcleo paulista de colonização oficial). Dissertação de Mestrado (FFLCH-USP). São Paulo, 1978, p. 6.

primeira metade da página em caixa alta, enquanto na parte inferior encontra-se o brasão do Império. Imediatamente após, uma nota determina a tradução do material para os idiomas francês, alemão e italiano.



Fig 1. Capa *Guia do Emigrante...*, op. cit.

Antes de nos aprofundarmos na exposição desse material, no entanto, devemos voltar nossas atenções para a Sociedade Central de Imigração (SCI), importante agremiação que utilizou a propaganda como uma de suas principais ferramentas⁵. Composta

⁵ Empreender uma investigação exaustiva dessa agremiação não se configura como nosso principal objetivo neste texto, contudo, torna-se indispensável que dediquemos atenção a este grupo, a fim de um melhor entendimento de questões que vão além das páginas do manual. Para se aprofundar mais nesta sociedade ver: HALL, Michael M. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. **Rev. História (USP)**, ano XXVII, v. LIII, São Paulo, 1976; LIMA, Angela Bernadete. “**Nós declaramos guerra ao latifúndio!**” Propostas ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-19891). Dissertação de Mestrado (UFSC). Florianópolis, 2015. MESQUITA, Sergio L. Monteiro. **A Sociedade Central de Cordis**. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, n. 20, p.109-152, jan./jun. 2018. ISSN 2176-4174.

por figuras como André Rebouças; André d'Escragnolle Taunay e Henrique B. Rohan, homens proeminentes do Império e que se alinhavam aos ideais abolicionistas, a agremiação foi formada em 1883, sem fins lucrativos, e visava solucionar as problemáticas concernentes ao processo de imigração⁶. Seu objetivo constituía-se em, através do estabelecimento de europeus não ibéricos em pequenos núcleos coloniais, promover a modernização da sociedade brasileira⁷.

Para conseguir cumprir tal objetivo, desde seu início declararam contra quem e o que lutariam: o sistema latifundiário, logo com os cafeicultores paulistas⁸. Os membros da SCI defendiam que o principal desejo daquele que deixava sua terra natal era adquirir um pedaço de terra para chamar de seu e tirar daí seu sustento e comercializar os excedentes, a fim de ascender social e economicamente, assim as grandes fazendas monocultoras minavam esse sonho. Rebouças encarava as grandes propriedades rurais como o símbolo de um tempo de “barbárie e de

Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910). Dissertação de Mestrado (UERJ), 2000.

⁶ VASSILIEFF, Irina. **A sociedade Central nos fins do século XIX e a “Democracia Rural”**, 1987, p. 28.

⁷ LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade.** Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 106.

⁸ Desde os primórdios da fundação da SCI, a extinção do sistema latifundiário esteve presente nos ideais da sociedade. Koseritz um dos fundadores deixou bem explícita essa posição “Nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”. KOSERI Z Carl von. **Imagens do Brasil.** Tradução Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: EDUSP, 1980. p. 215.

obscurantismo um fato monstruoso, quer sob o ponto de vista econômico quer sob o ponto de vista social”⁹.

Monteiro Mesquita encara a formação da nacionalidade brasileira como o “grande tema do discurso” da sociedade. Segundo ele, a formação do sentimento nacional pairava sob um conflito entre o “velho” e o “novo”; e seria apenas com a evolução da sociedade que este conflito se resolveria¹⁰. Ainda segundo o autor, os membros da SCI encontraram na Revolução Francesa várias inspirações e espelharam os ideais de sua instituição aos ideais do episódio francês (ou ao menos tentaram se espelhar). Uma dessas inspirações foi o fim do sistema feudal na França e o surgimento de um grande número de pequenos proprietários, fato que passou a ser dos argumentos utilizados na defesa da pequena propriedade brasileira¹¹.

A Central empreendeu uma campanha publicitária de duas frentes: uma voltada para as relações exteriores, “destinado ao imigrante e aos governos envolvidos” (como os guias¹²); e outra

⁹ REBOUÇAS, André. **A agricultura nacional**, 1883, apud HALL, op. cit., p. 153.

¹⁰ MESQUITA, op. cit., p. 113-114.

¹¹ Ibid., p. 136-137.

¹² Deixamos claro que o **Guia do Emigrante para o Império...** não é uma publicação oficial da SCI, no entanto, sua elaboração relaciona-se diretamente com a entidade e sua atuação. Ao colocarmos a Central no cerne da discussão buscamos demonstrar sua importância dentro do Império e como seu funcionamento influenciou outros órgãos, como a IGTC, que, claramente elaborou o manual segundo as diretrizes da SCI. Dessa forma, é necessário ter em mente que o guia encontra-se inserido dentro de uma rede de comunicação própria das políticas de imigração do século XIX.

voltada ao elementos nacional, no intuito de convencer das vantagens que a imigração traria ao país, ilustrado pelo boletim que a agremiação manteve ao longo de sua existência¹³.

Além da propaganda, uma das primeiras iniciativas da agremiação foi criar Sociedades Filiais (SFs), responsáveis por ajudar os recém-chegados a entender as leis, as instituições e os costumes locais, entre outras funções¹⁴. Estas sociedades seguiam as diretrizes gerais da Central, mas também possuíam autonomia e esquemas próprios que se adequavam às diferentes realidades regionais, o que permitia uma maior aproximação com o estrangeiro.

De volta ao guia, o folheto inicia-se com a seção *Resumo dos favores concedidos á imigração espontânea pelo Governo do Brazil*¹⁵. Ao todo, sete itens são apresentados nesse resumo: os três iniciais referem-se aos primeiros momentos da chegada (recepção no porto do Rio de Janeiro; alojamento e agasalho na hospedaria da Ilha das Flores; e transporte); o quarto até o sexto ocupam-se sobre a concessão de lotes (áreas e seus valores; início e formas de pagamento). Por fim, o sétimo item trata do estabelecimento do colono no lote que lhe fora atribuído¹⁶.

¹³ Ver: CARREGA, Arthur Daltin. **Imigrantes para a pequena propriedade**: o boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação de Mestrado (UNESP/FCL), Assis, 2017.

¹⁴ VASSILIEFF, op. cit., p. 49.

¹⁵ A grafia será mantida conforme na fonte original.

¹⁶ VASCONCELLOS, F. de B. e Accioli de. **O Guia do Emigrante para o Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 1884, p. 3-4.

Sobre os lotes de terras, o guia aponta que possuíam 300.000 metros quadrados, que correspondia a 30 hectares de terra e seus valores variavam entre 123\$000 réis e 495\$000¹⁷. Assim que estabelecidos em sua nova terra, o imigrante poderia saldar sua dívida à vista ou em prestações:

No primeiro caso lhe é expedido desde logo o respectivo titulo definitivo. No segundo, isto é, no caso de preferir o imigrante fazer o pagamento do seu lote em prestações, estas serão efectuadas nos cinco anos seguintes ao segundo ano do estabelecimento, com o acréscimo de 20% sobre o preço do lote, de modo que tem o imigrante 7 anos para fazer o pagamento de sua divida [...] somente do 3º ano em diante é que começa para ele o encargo do pagamento da modica prestação anual de 29\$520 réis a 118\$080 réis ou 84 frs. a 337 frs¹⁸.

Logo em suas primeiras páginas, o guia busca anunciar a qualidade do solo brasileiro e as possibilidades que o colono teria para vender seus excedentes. Não podemos nos esquecer que o objetivo deste livreto era representar os interesses do Império no exterior, assim, todo seu discurso é construído a fim de convencer o possível imigrante a se dirigir para núcleos coloniais e adquirir sua própria terra e dela se sustentar. Somente dessa maneira, a sociedade brasileira conseguiria se livrar da mancha da escravidão e marchar rumo ao progresso — como defendiam os membros da SCI.

¹⁷ Ibid., p. 6.

¹⁸ Ibid., loc. cit.

Com isso em mente, a seção intitulada *Notícia sobre algumas povoações coloniais do Estado* pode ser considerada a mais importante fração do manual, uma vez que aborda diferentes núcleos coloniais. Estendendo-se por 20 páginas (14-33), esta seção encontra-se organizada da seguinte maneira: Espírito Santo, com quatro colônias; Paraná, com dezessete; Santa Catarina, com seis; e, por último, Rio Grande do Sul, com três povoações. O manual justifica essa escolha:

A colonização estrangeira tem sido de preferência encaminhadas para aquelas províncias a cujo sólo e clima ela se tem adaptado. É pois nas províncias do Espírito Santo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul onde se tem formado de preferência os núcleos coloniais que estão hoje em grande parte transformados em prosperas e florescentes povoações do Império¹⁹.

O Espírito Santo aparecer ao lado das províncias sulistas se devido às semelhanças entre a política imigratória que as quatro buscaram empreender. Porém, diferentemente da região Sul, o Espírito Santo se via em pior situação no que dizia respeito à ocupação de seu território²⁰.

De maneira geral, todas as colônias ostentam temas semelhantes: ano de sua fundação; número de habitantes e suas

¹⁹ Ibid., p. 14.

²⁰ A província contou, durante grande parte do século XIX, apenas com alguns núcleos coloniais esparsos e localizados no litoral que tinham como principal atividade econômica o cultivo da cana-de-açúcar, que apesar de rentável não foi capaz de tornar a região expressiva e, além disso, foi utilizada como “barreira verde” durante a exploração do ouro em Minas Gerais, ou seja, para impedir o contrabando dos metais preciosos, o governo português proibiu a povoação da região. MACEDO, Fernando C.; MAGALHÃES, Diogo F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, v. 16, n. 1, 2011, p. 62-63.

Cordis. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, n. 20, p.109-152, jan./jun. 2018. ISSN 2176-4174.

nacionalidades; existência ou não de escolas e igrejas; principais culturas de cada localidade; atividades manufatureiras e indústrias presentes. As culturas que recebem destaque na propaganda são: café; cana-de-açúcar; algodão; mandioca; tabaco; cacau e erva mate.

Taes são em resumo os importantes e variados productos agrícolas que se desenvolvem com o maior incremento no vasto e fertilissimo sólo do Brazil, alimentando uma rêde de caminho de ferro de cerca de 6.000 kilometros que corta o paiz em todas as direcções [...]21.

Sempre valorizando as condições do solo brasileiro, o guia elenca diversos gêneros alimentícios que o imigrante estaria apto a plantar. Em determinado momento, o livreto assegura: “O Brazil é um dos paizes mais favorecidos pela natureza [...] É admirável a riqueza que ele ostenta nos reinos animal, vegetal e mineral”²². De fato, a ideia de que o Brasil seria o local que proveria o ganho desejado àqueles que para cá viessem faz-se presente por toda sua extensão: o culto aos recursos naturais do Império mexe com o imaginário europeu de uma terra abençoada, com incríveis oportunidades para uma vida muito melhor — ao mesmo tempo esconde determinadas informações.

A qualidade do solo e as belezas naturais funcionam como elementos atrativos dentro da narrativa, mas não se encontram sozinhas, outros elementos também desempenham essa função,

²¹ VASCONCELLOS, op. cit., p. 46.

²² Ibid., p. 42.

como a Hospedaria das Flores, considerada a primeira hospedaria oficial criada pelo governo imperial²³. Com funcionamento de 1876 até 1966, foi de grande importância para a política imigratória brasileira, sendo a principal referência na recepção, acolhimento e triagem dos imigrantes até o surgimento da Hospedaria do Brás, em São Paulo²⁴.

Tratemos inicialmente da localização do alojamento: situada na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, e em frente ao município de São Gonçalo. Reznik e Fernandes apontam dois principais motivos para a Ilha das Flores ter sido o local escolhido para a construção da hospedaria: em primeiro lugar, a salubridade, o fato de ser uma ilha garantia o isolamento social; e a baía facilitava a entrada de pequenos navios e, caso fosse preciso, a proximidade com a capital facilitaria o uso de seus hospitais²⁵.

Durante o século XIX, especialmente a partir da segunda metade, as epidemias foram uma constante não só no Brasil, como nos demais países da Bacia do Prata. Chalhoub aponta que,

no decorrer da década de 1870, a febre amarela tornou-se a questão de saúde pública no Brasil. Tal flagelo havia se constituído num dos principais obstáculos à realização do projeto político que estava gradativamente se impondo aos corações e mentes dos fazendeiros

²³ Apesar de ser considerada a primeira hospedaria, diversos outros locais já funcionavam anteriormente a esta data. Cf.: UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado (FFLCH-USP), São Paulo, 2010.

²⁴ REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História (São Paulo. Online)**, 2014, p. 248.

²⁵ *Ibid.*, p. 242-243.

brasileiros: a ideia era enfrentar as incertezas do processo de emancipação dos escravos inundando o mercado de trabalho com imigrantes europeus²⁶.

Com essa crise sanitária afugentando possíveis imigrantes, a Hospedaria das Flores surge como uma das ferramentas na luta contra as epidemias. Ao mesmo tempo, a forma como ela é exposta no guia a torna um símbolo contra as propagandas negativas feitas sobre Brasil:

A hospedaria dos imigrantes na Ilha das Flores é um vasto estabelecimento com acomodações para 1.000 imigrantes no mínimo, podendo em casos de affluencia acomodar sem atropelo até 1.500 indivíduos.

O edifício principal é composto por quatro grandes salões, bem arejados, onde está o dormitório com acomodações especiais para as famílias. Além destes salões existem mais no mesmo edifício três salas para enfermaria e consultório médico, dois escriptorios, a arrecadação, e os aposentos que servem de habitação aos empregados subalternos. Uma larga e extensa varanda rodeia o edifício²⁷.

O guia se demora por três páginas ao descrever a hospedaria, faz elogios à comida, descrita como “sadia, abundante e bem preparada”, vai além e afirma a preferência por servir os “hóspedes” com “os alimentos a que se acham mais habituados, segundo os usos de cada nacionalidade”²⁸. Essa é uma passagem interessante, que nos levanta alguns questionamentos em relação à veracidade de sua alegação.

²⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 29.

²⁷ VASCONCELLOS, op. cit., p. 10, grifo nosso.

²⁸ Ibid., p. 11, grifo nosso

Considerando que, em seu primeiro ano de funcionamento, a hospedaria recebeu imigrantes de nacionalidades portuguesa, austríaca, alemã, espanhola, francesa, inglesa e ainda outras²⁹, preparar e servir pratos culturais para mais de 7.000 pessoas não parece uma tarefa que a Hospedaria seria capaz de cumprir. Além disso, deve-se levar em consideração que o guia indica previamente os alimentos servidos no alojamento:

Às 8 horas da manhã lhes é servido o almoço que consta de café, pão e manteiga, tudo á vontade.

À uma hora da tarde serve-se-lhes o jantar, que consta de sopa de batatas, arroz ou macarrão, feijão guizado com ervas, arroz, carne fresca ensopada com batatas ou verduras, farinha de mandioca e pão; tendo por sobremesa laranjas ou bananas, tudo em quantidade suficiente.

Às 6 horas da tarde dá-se-lhes a ceia, que se compões de café, pão e manteiga³⁰.

Em contraste com as declarações do opúsculo, Julianna Costa³¹ chama a atenção para uma série de artigos publicados no periódico *O Paiz*, no ano de 1896, sobre o alojamento. Baseada nas matérias do jornal, a autora aponta que “havia dejetos próximos à cozinha [da hospedaria]” e que os próprios imigrantes ajudavam o

²⁹ KUSHNIR, Beatriz. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do paraíso. In: MATOS, Maria Izilda; Sousa, Fernando de; HECKER, Alexandre. (Org.). **Deslocamentos & Histórias: os portugueses**. Bauru: EDUSC, 2008, p. 67-68.

³⁰ VASCONCELLOS, op. cit., p. 11, grifo nosso.

³¹ COSTA, Julianna C. Oliveira. **Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas migratórias (1883-1907)**. Dissertação de Mestrado (UERJ), São Gonçalo, 2015.

Cordis. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, n. 20, p.109-152, jan./jun. 2018. ISSN 2176-4174.

cozinheiro naquele ambiente “repugnante”³². Um dos artigos selecionados por Costa anuncia que o refeitório não possuía

[...] nada que seduza o paladar, antes o apetite é contrariado pelo cheiro forte do ácido fénico espalhado sobre a areia que recama o assoalho imundo. Muitos mesmo não comem ali, carregam para o alojamento n’um prato particular o quitute que lhes pertence³³.

Ao continuar descrevendo as supostas qualidades do estabelecimento, o guia aponta a intenção do governo em aumentar as acomodações disponíveis,

aproveitando as excelentes condições da Ilha das Flores que pelo seu ameno clima, aspecto pitoresco variada arborização e agradável situação na Bahia, [...] oferece por todos os motivos o mais desejável e cômodo conforto a todas aqueles que chegam de longa viagem³⁴.

Novamente as “excelentes e confortáveis” acomodações da Hospedaria, são colocadas em xeque por outro artigo d’*O Paiz*, que adverte:

[...] na ilha das flores não existe uma estufa de desinfecção nem um pavilhão para isolar enfermos, nem sequer acomodações para tanta gente, e finalmente nem água potável, pois esta é transportada diariamente em barris que vão d’aqui. [...] Decididamente a ilha das flores precisa de urgentes melhoramentos [...] ³⁵.

Outro periódico que deu alguma atenção ao manual foi o noticiário *A Folha Nova*. Em sua edição do dia 13 de outubro de 1884 analisa a publicação com descrédito, realiza comentários com teor sarcástico e também não parece convencido que os imigrantes

³² Ibid., p. 74-75.

³³ Ibid., p. 75.

³⁴ VASCONCELLOS, op. cit., p. 13, grifo nosso.

³⁵ *O Paiz*, 23/02/1896 apud COSTA, op. cit., p. 71.

receberiam alimentos típicos de suas origens. A eficácia da publicidade também é questionada, sua linguagem, por vezes, quase lírica é escrachada. Conclui a matéria declarando que a publicação do manual “prova, mais uma vez que, em matéria de colonização, o governo só sabe gastar dinheiro sem proveito”³⁶.

Nota-se, portanto, que as informações apresentadas divergiam da realidade e o imigrante só se daria conta disso no momento em que se encontrasse em um desses locais. Conforme, Chrysostomo e Vidal, as hospedarias assumiram um papel além do que apenas recepção, triagem, agasalho e direcionamento, defendem que esses alojamentos “transformaram-se em verdadeiros dispositivos de controle social”³⁷.

Enquanto estivesse na Ilha das Flores ou em espaços análogo, o recém-chegado encontrava-se em um espaço ambíguo, tudo o que lhe restava era esperar para saber o que vinha depois, ele havia deixado sua terra natal, mas ainda não estava, de fato, estabelecido em seu novo país.

Imigrantes para São Paulo

As propostas da Sociedade Central de Imigração diferiam-se, significativamente, dos interesses dos cafeicultores paulistas e estes não se curvavam às vontades do Governo Central, postas em

³⁶ **A Folha Nova**. Rio de Janeiro, 13 out. 1884, p.2.

³⁷ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, Mar. 2014, p. 12. *Cordis*. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, n. 20, p.109-152, jan./jun. 2018. ISSN 2176-4174.

prática pelo grupo sulista. Diante disso, empreenderam sua própria política imigratória e criaram sua própria agremiação, a Sociedade Promotora de Imigração (SPI), no dia 2 de julho de 1886, com uma política que ficou conhecido como “braços para a lavoura”³⁸.

Alguns de seus membros de maior destaque são Martinho da Silva Prado Junior; Nicoláu de Souza Queiroz; Antonio Queiroz Telles, o Visconde de Parnaíba; Rafael de Aguiar Paes de Barros. Prado Junior considerado “o maior produtor de café em terras contínuas do mundo”³⁹, com proeminência dentro e fora da Sociedade e sua figura auxiliou na imagem internacional da mesma.

Esse grupo dominava não apenas o cenário econômico, mas, também, o político. À época da fundação da Promotora, o presidente da província era o senhor Antônio de Queiroz Telles, Barão da Parnaíba, e seu vice Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, ambos membros de destaque da SPI. Temos, ainda, a figura de Antônio da Silva Prado, irmão de Martinho Prado Júnior, atuando como ministro da Agricultura.

Juridicamente a Promotora se configurava como uma instituição privada e sem fins lucrativos e seus diretores não recebiam remuneração, contudo, todo o capital de financiamento provinha dos cofres públicos e, mesmo financiando o empreendimento, o Estado não interferia nas atividades da

³⁸ MESQUITA, op. cit., p. 118-120.

³⁹ PETRI, Katia. “**Mandem vir seus parentes**”: A sociedade promotora de imigração em São Paulo (1886-1896). Dissertação de Mestrado (PUC- SP). São Paulo, 2010, p. 55.

Cordis. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, n. 20, p.109-152, jan./jun. 2018. ISSN 2176-4174.

associação, sua única função era liberar a verba para os subsídios. Essa configuração agilizava o processo imigratório, pois não dependia da máquina burocrática estatal⁴⁰.

Holloway afirma que a elite paulista não encarava a Promotora, de fato, como uma instituição privada que se utilizava dos recursos públicos para promover privilégios a um setor exclusivo da sociedade (exatamente o que ocorria), mas “como um aparelho administrativo especial, estabelecido em circunstâncias críticas para atender a um propósito extraordinário”⁴¹: a suposta falta de mão de obra para a lavoura cafeeira. Além disso, ainda de acordo com o autor, durante os primeiros doze anos do regime republicano, o imposto de exportação sobre o café representou quase três quartos da receita fiscal do estado de São Paulo, fato utilizado pelos fazendeiros contra aqueles que argumentavam que a lavoura deveria subsidiar diretamente os imigrantes e não o Estado⁴².

Através de sua política sistemática de subvenção de passagens e outros benefícios como a concessão de lotes de terra com diferentes maneiras para serem quitados e abrigo nas hospedarias, a SPI tornou-se o órgão mais importante na introdução de estrangeiros no Brasil. Entretanto, para poder se beneficiar

⁴⁰ SANTOS, Iverson P. A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895). **Revista De Economia Política e História Econômica**. Ano 07. Número 21. Junho de 2010, p.34.

⁴¹ HOLLOWAY, op. cit., p. 67.

⁴² Ibid., p. 78.

dessas ações, o europeu deveria preencher os requisitos da rígida política administrativa da Sociedade, que optou por trazer famílias completas para trabalhar nas fazendas de café, inclusive idosos ou incapazes para o trabalho⁴³.

Martinho Prado acreditava que ao atrair famílias inteiras, elas encontrariam locais para se assentarem mais rapidamente e trabalhariam de maneira mais empenhada, considerando que seus familiares estariam felizes por estarem juntos e poderiam ter uma renda maior. A real intenção da Promotora, na verdade, segundo Santos, era evitar grandes índices remigração, pois esperava-se que as famílias se apegassem à terra⁴⁴.

Assim como a SCI, a associação paulista empreendeu uma campanha publicitária dentro e fora do país: manuais, folhetos, mapas, iconografias, periódicos, entre outros meios, foram utilizados na atração do emigrante. Petri, porém, aponta que nem todos os membros da associação acreditavam que a publicidade poderia proporcionar aumentos efetivos no fluxo imigratório – um desses membros, segundo a autora, era o próprio Martinho Prado Junior⁴⁵.

O argumento utilizado por esses membros estava relacionado ao grupo de pessoas desejado por São Paulo:

⁴³ SANTOS, op. cit., p. 45.

⁴⁴ Ibid., p. 46.

⁴⁵ Além de Prado Jr., os outros diretores que, segundo a autora, não viam vantagens com a propaganda eram Nicolau de Souza Queiroz e Raphael Aguiar Paes de Barros. PETRI, op. cit., p. 56, nota 35.

agricultores em condições miseráveis, muitas vezes analfabetos, que buscavam apenas uma oportunidade para deixar as dificuldades para trás, e essa oportunidade se fazia real com o subsídio de passagens.

Essa informação pode ser corroborada com um relatório da Promotora, de 1886, apresentado ao presidente da província, no qual afirma que mesmo com a publicação de

“[...] mil jornaes e livros decantando nossas riquezas e clima, reformem-se mesmo todas as leis, que na opinião dos rtheticos theoreticos são impencilhos á immigração, e asseveramos que o resultado será equivalente a zero”⁴⁶.

Mesmo com as incertezas, a campanha publicitária da Sociedade não se encerrou, todavia, seus materiais divulgados no exterior passaram a exercer um papel de “defensor” da província paulista e dos responsáveis pela imigração, buscando refutar as notícias negativas veiculadas nos meios de comunicação dos países europeus.

Barreto de Campos indica que o diário *A Província de São Paulo* utilizava seu espaço “para defender as posições republicanas em relação ao tema da imigração, sempre de acordo com os

⁴⁶ Relatório apresentado ao Illmo. E Exmo. Snr. Visconde do Parnahyba Presidente da Província de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração in Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto Presidente da Província de S. Paulo passou a administração ao 1º Vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio, de Souza Queiroz Filho. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1886, p. 12.

interesses dos empresários vinculados ao Partido Republicano Paulista ou a outros movimentos republicanos”⁴⁷.

Já Santos destaca a atuação dos jornais *O Correio Paulistano* e do *Diário Popular*, segundo ele, os dois veículos da imprensa paulista que mais contribuíram para dar visibilidade à SPI, enquanto *A Província de São Paulo*, apesar de seu apoio, realizou uma cobertura “não tão carregada de cores e elogios”⁴⁸.

Se, por um lado, esse tipo de propaganda não era visto como importante o suficiente para aumentar o fluxo de imigrantes, por outro, a chamada por meio de cartas de parentes já instalados na província constituiu-se como a pedra angular da política de atração desenvolvida pela SPI. Petri nos aponta dois principais motivos para a divulgação das cartas receber uma atenção maior do que outros meios de atração: (i) os custos com a produção de materiais como guias, folhetos, brochuras e traduções mostravam-se exponencialmente mais altos do que investir no envio de cartas; (ii) o chamado de parentes seria muito mais convincente do que o de uma agência ou recrutadores pagos⁴⁹.

Com todo esse suporte, a influência da Promotora não ficou restrita apenas à região de São Paulo, agindo como um grupo de pressão aos objetivos da Central. Consolidando sua preponderância na introdução de trabalhadores, em 29 de fevereiro de 1888, outra

⁴⁷ CAMPOS, op. cit., p. 180

⁴⁸ SANTOS, Iverson P. dos A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895. *Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.25, set. 2007, p. 5.

⁴⁹ PETRI, op. cit., p. 73.

grande vitória para os latifundiários do café ocorreu com o contrato estabelecido com o governo provincial. A partir desse momento a SPI tornou-se responsável pela Hospedaria do Brás, elevando-se ao status de agência oficial de imigração⁵⁰.

No mesmo ano de sua fundação, 1886, a Sociedade Promotora de Imigração publicou um manual a ser distribuído pela Europa, a fim de divulgar a Província de São Paulo. Financiado pelo Ministério da Agricultura do Império, que possuía Antônio da Silva Prado como responsável, o guia teve uma tiragem de oitenta mil cópias em português, italiano e alemão⁵¹. E é exatamente este guia que nos dedicaremos agora: *A Província de S. Paulo no Brazil. Emigrante, lede este folheto antes de partir.*

Uma capa (fig. 2) colorida e letras garrafais rodeadas por floreios convidam o leitor a abrir a publicação, a bandeira do Império encontra-se centralizada na parte superior e a palavra “emigrante” em destaque no centro.

⁵⁰ Ibid., p. 40-41.

⁵¹ HOLLOWAY, op. cit., p. 65.



Fig. 2: Capa *A Província de S. Paulo...*, op. cit.

Também com 64 páginas, o guia é aberto com o tópico “*Brazil*” e em doze linhas discorre sobre a localização do Império no globo terrestre; sua extensão, avaliada em 8.337,218 quilômetros quadrados; e sua população, composta por treze milhões de habitantes⁵². Após essa breve passagem sobre aspectos gerais do Brasil, o guia inicia a apresentação da Província de São Paulo, com um total de cinquenta e quatro páginas destinadas a mostrar as razões pelas quais o possível imigrante deveria escolher se fixar e trabalhar nas fazendas de café paulistas.

As comparações se fazem presentes ao longo de toda a publicação, tanto com Argentina quanto com os Estados Unidos. O guia sempre busca mostrar ao seu leitor que São Paulo oferecia as

⁵² **A Província de S. Paulo.** Emigrante lede este folheto antes de partir. São Paulo, 1886, p. 3. *Cordis*. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, n. 20, p.109-152, jan./jun. 2018. ISSN 2176-4174.

melhores condições sociais e econômicas para se tornar o destino dos europeus, por outro lado não faz nenhuma menção à escravidão, ainda presente naquela sociedade.

Assuntos relacionados às estações e ao clima também se fazem presentes na obra. Em relação ao clima, além de fornecer informações meteorológicas e sobre as temperaturas da região, o tópico aborda como a agricultura e a saúde pública, são beneficiadas pelo clima da região, como destacado abaixo.

A humidade e a regularidade das chuvas favorecem o desenvolvimento e produção das plantas, entre as quaes ocupa o lugar de honra o cafeeiro, a principal riqueza da província de S. Paulo actualmente.

[...]

Toda a Província é saudável, e não existem epidemias de máo character, sendo a única temida a varíola, que só ataca os nacionais não vacinados.

A febre amarela nunca transpoz a Serra do Mar [...] Depois que para S. Paulo se estabeleceu uma corrente regular de imigrantes europeos, ainda não morreu um só d'este mal, quer em terra quer nas aguas da Província, em um período de tempo de 8 a 10 ano⁵³.

Como já apontado, a questão da saúde pública era um assunto latente para o período, devido às crises de epidemias que se iniciaram durante a segunda metade de 1800. Fica claro, portanto, que a citação aponta dois atrativos para o potencial imigrante: mostrar que a província de São Paulo era um local seguro em termos de saneamento e que o desenvolvimento agrícola

⁵³ Ibid., p. 8-9

estava garantido pelas excelentes condições climáticas e periodicidade das chuvas para a agricultura.

Prosseguindo na leitura, chega-se ao capítulo “*Agricultura*”, certamente um dos pontos altos da propaganda, o qual declama as supostas excelentes qualidades do solo. O tópico inicia-se com a seguinte colocação: “Pode-se dizer que esta província produz tudo, sendo mais difícil enumerar aquilo que não acclima em seu solo”⁵⁴. O café já aparece como o principal gênero de exportação, dito o responsável por fornecer à província e aos municípios quase que a totalidade de suas rendas.

De acordo com Holloway, a produção cafeeira paulista cresceu rapidamente a partir de meados da década de 1880 até princípios do século XX, onde duplicaria sua capacidade ao final da década de 1920, para somente então começar a baixar, devido à Grande Depressão. Segundo o autor, em pouco mais de quatro décadas (1886-1929), a produção cafeeira paulista havia se decuplicado⁵⁵.

Para corroborar com a justificativa de que “tudo se produz em São Paulo”, são enumeradas diferentes culturas que o solo da província seria capaz de produzir, tais como o milho; o feijão; o algodão; o arroz e a mandioca. Outra comparação se faz presente: a produção do algodão é colocada em perspectiva com a dos EUA. Segundo o guia, em uma área com produção de 900 Kg. de algodão

⁵⁴ Ibid., p. 36.

⁵⁵ HOLLOWAY, op. cit., p. 50.

nos EUA, em São Paulo poderia chegar a 1.500 Kg nessa mesma extensão – e nas terras mais férteis esse número poderia ultrapassar 4.500 quilogramas.

Em vias de conclusão, o guia afirma:

Em fim, tudo produz o seu solo, quasi sem outro trabalho mais que o plantar e colher, reproduzindo-se as plantações por muitos anos nos mesmos lugares, sem auxílio de estrumes.

Nenhum paiz no mundo produz mais que a província de S. Paulo⁵⁶.

O excerto destacado acima é muito significativo, uma vez que buscamos analisar como o discurso de atração foi construído. A eloquência presente no guia beira níveis extremos, que o aproximam do que é comumente chamado de propaganda falsa, afinal como comprová-la? No entanto, dizer toda a verdade não ajudaria nos problemas de mão de obra, e não podemos nos esquecer de que estes guias são exatamente isso: materiais propagandísticos.

Na seção “*Como devem vir os emigrantes para S. Paulo*”, o guia assume um caráter mais instrucional, de fato, um manual, como o próprio título do tópico demonstra. É ressaltado que o emigrante poderia partir de qualquer porto de embarque na Europa em direção ao Rio de Janeiro ou Santos, mas que deveria “sempre preferir o porto de Santos”⁵⁷. Após a chegada à capital da província, os novos trabalhadores eram

⁵⁶ Ibid., p. 37, grifo nosso.

⁵⁷ Ibid., p. 46.

Recebidos e acompanhados ao Alojamento Provincial, onde encontrarão casa, cama, comedoria, medico, podendo ali permanecer 8 dias até encontrar trabalho, o que sempre se dá dentro de poucas horas. O alojamento pode acomodar até mil imigrantes, e presentemente o governo está construindo um vasto e novo estabelecimento para este fim, com acomodações especiaes para comportar mil e quinhentos⁵⁸.

O “alojamento provincial” refere-se à Hospedaria do Bom Retiro, uma antiga olaria adquirida pela província paulista em 4 de março de 1882, que possuía, de acordo com o Vice-Presidente da província, Souza Aranha, uma área de mais de oito mil e setecentos metros quadrados com capacidade para alojar quinhentos corpos. No prédio principal se encontravam os alojamentos; um anexo foi construído para a cozinha refeitório e despensa; e outro ambiente destinado para as bagagens também foi erguido⁵⁹.

Em seu primeiro ano de funcionamento a Hospedaria alojou 1.994 imigrantes, desse número, 1.436 (72%) eram italianos; 356 portugueses; 164 espanhóis; 31 alemães; 5 suíços e 2 turcos. Já em 1885, apenas um ano antes da publicação do guia, Bom Retiro recebeu 6.212 estrangeiros⁶⁰.

Já o “vasto e novo estabelecimento” que o governo estava construindo, trata-se da primeira hospedaria oficial da província, a Hospedaria do Brás, que assumiria um papel muito ativo no aparato da Promotora: encaminhar os trabalhadores para as fazendas de café. Essa pode ser considerada a principal função de Brás, uma

⁵⁸ Ibid., p. 50.

⁵⁹ UDAETA, op. cit., p. 123-124.

⁶⁰ Ibid., p. 125, 127.

vez que os fazendeiros se dirigiam para o local a fim de escolherem as famílias que levariam para seus cafezais, constituindo-se verdadeiras vitrines para os fazendeiros escolherem seus trabalhadores.

De acordo com o manual, os imigrantes dispunham de três opções para se estabelecerem em São Paulo e iniciarem sua vida com grandes perspectivas econômicas. A primeira opção seria o direcionamento para os núcleos coloniais, com lotes de dez hectares cada e com uma casa construída para a família. Caso o recém-chegado optasse pelos núcleos ele poderia escolher entre pagar à vista, a prazo ou com uma entrada que diminuiria o preço do seu terreno. No primeiro caso, o valor corresponderia a 500\$000, sendo 200\$000 o valor correspondente a casa e o restante o valor do terreno. Se ele optasse por pagar em parcelas esse valor subiria para 600\$000, com prazo de quatro anos para saldar a dívida.

A segunda opção, seria a instalação em propriedades privadas, as fazendas cafeeiras. Dentre as três maneiras que o imigrante poderia se estabelecer no Brasil, esta é a que o guia mais se demora e aponta com maiores detalhes os benefícios de se fixar no cafezal, enquanto o assentamento em núcleos coloniais tomou menos de uma página completa, o assentamento nos latifúndios cafeeiro ocupa três. É destacado que o imigrante com grande família não teria dificuldades em encontrar uma propriedade para firmar-se, com várias oportunidades de lucro.

O tópico encerra ressaltando a importância das grandes famílias para a obtenção dos lucros: “As famílias, quanto maiores, mais fácil e imediata collocação encontram, e igualmente são aquelas que maiores vantagens tiram na cultura do café”⁶¹. Como apontou José de Souza Martins, “o colono não era um trabalhador individual”, dependia da família toda, assim, o cafezal (ou uma determinada parte dele) era dividido entre toda a família, cada membro devia manter sua fração limpa e, chegada a hora, fazer a colheita. Logo, os ganhos financeiros da família dependiam única e exclusivamente dela própria⁶².

A última opção para o emigrante se estabelecer no Brasil seria por conta própria. Essa opção é, dentre as três, a que menos ocupa espaço na publicação, apenas dez linhas, afirma que aqueles que não desejarem nenhuma das alternativas podem comprar quaisquer terrenos de seu agrado, pois encontraria uma grande variedade de preços e tamanhos.

Para encerrar a passagem sobre como e onde fixar dentro da província, o opúsculo coloca uma nota intitulada “*Conselhos aos imigrantes*”:

Os imigrantes devem preferir sempre colocar-se em propriedades particulares, quer possuam dinheiro, quer não.

Em primeiro lugar, porque sem dispender um real principiam a ganhar desde logo; adquirem conhecimento das diversas culturas do paiz e accilmam-

⁶¹ Ibid , p. 55.

⁶² MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6^a. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 82.

se, podendo no fim de um ano ou dous procurar a sua vontade a posição que melhor lhes convenha [...]

Em segundo lugar, porque a Província está tomando um desenvolvimento espantoso e todos os dias melhores situações se descobrem. Nestas condições, o imigrante deve resistir a seus próprios desejos, para melhor informado e com experiência própria estabelecer-se⁶³.

Esta nota é de grande importância, pois simplifica muito bem o principal objetivo da Promotora: conseguir braços para a lavoura. Logo no começo já assinala que o imigrante deveria “sempre” optar pelas fazendas de café, a fim de que pudesse se adaptar melhor ao Brasil para depois se aventurar em sua própria terra.

Em vias de conclusão, o manual resume seus objetivos “*Em uma palavra*”, como diz o título do tópico. Declara:

S. Paulo, a mais importante província do Brasil, sob todos os pontos de vista, quer se considere em seu desenvolvimento moral quer material, tem diante de si um futuro incalculável de grandeza. É industrial, agrícola, pastoril, e seus habitantes dotados de atividade e audácia podem ser comparados com os cidadãos dos Estados Unidos.

O estrangeiro que pisa o seu solo é sempre bem vindo e na amizade de seus habitantes, amenidade de seu clima e incomparável fertilidade de sua terra, depara ele sempre com uma nova pátria e uma nova família.⁶⁴

⁶³ Ibid., p.55-56.

⁶⁴ Ibid., p. 63-64, grifo nosso.

Os guias em perspectiva comparada

A partir da leitura individual de cada guia, foi possível identificar diversas nuances que a política imigratória brasileira assumiu. Aliás, políticas imigratórias, no plural, uma vez que os resultados obtidos demonstram que as especificidades regionais foram decisivas na estruturação de medidas voltadas para a atração de trabalhadores livres e europeus.

Ao empreender o exercício de análise comparativa desses materiais, conclui-se que o *Guia do Emigrante para o Império* (1884) se estruturou baseado nos núcleos coloniais. Assentar europeus brancos em pequenas propriedades para que eles agissem como ferramentas modernizadoras da sociedade brasileira, tanto intelectualmente quanto fisicamente, e extinguir elemento do Brasil, encarado como marca do atraso, foi uma das bandeiras levantadas pela Central, logo o guia serve como porta-voz dessa ideologia.

Por outro lado, *A província de São Paulo* (1886) assumiu o lema “braços para a lavoura”, o que significou construir uma narrativa ao redor dos imigrantes nas fazendas de café. Com uma política destinada a trazer famílias completas, a SPI conseguiu, de fato, desenvolver um fluxo contínuo de trabalhadores europeus com o pagamento integral das passagens, agasalho e direcionamento para as fazendas a província conseguiu driblar a suposta falta de mão de obra e seguir firme tendo o café como principal produto de exportação.

Apesar de cada guia possuir um objetivo próprio (colonos os para núcleos e trabalhadores para fazendas de café), não se pode negar certas aproximações entre eles: temas como população, clima, religião, meios de comunicação e agricultura se encontram presentes em ambas publicações.

Destacamos aqui, primeiramente, a questão do clima. Temendo que o europeu optasse por outro destino devido ao clima tropical brasileiro, talvez Argentina ou Estados Unidos, ambos materiais tentam aproximar o clima do Brasil com o da Europa, que pode ser justificado pela questão sanitária e pela própria adaptação do possível imigrante.

Em segundo lugar, a religião também se configura como um ponto de convergência entre os guias, não apenas por revelarem visões semelhantes, mas por apresentarem exatamente o mesmo texto nas duas publicações:

A religião do Estado e da maior parte da população é a Catholica, Apostólica Romana; mas todos os cultos são tolerados. O Brazil divide-se em 11 Bispados e um Arcebispado, cujo chefe tem as honras de Primaz da Igreja Brasileira. Ninguém no Brazil pôde ser perseguido por motivo de religião; somente se exige que não se ofenda a moral publica e se respeite a religião do Estado, assim como este respeita as outras religiões, a ponto de punir com penas de prisão e multas aqueles que perseguirem a outrem por motivo religioso e abusarem ou zombarem de qualquer culto estabelecido no Império. Nas povoações coloniaes tem o Governo auxiliado e autorizado a construção de casas de oração, subsidiando ministros de religiões diferentes. Os filhos dos acatholicos não são obrigados a receber o ensino religioso que se dá aos filhos dos catholicos. Os casamentos dos acatholicos são respeitados em todos os

seus efeitos legais; assegurando as leis em vigor a legitimidade de estado civil da prole⁶⁵.

De acordo com Campos, a questão religiosa foi alvo de intensos debates na imprensa durante a década de 1870, pois grande parte dos imigrantes que chegavam no Brasil eram protestantes ou não católicos e as interferências da Igreja Católica nos núcleos coloniais causavam, muitas vezes, conflitos⁶⁶. Monteiro Mesquita destaca que um dos principais problemas para o não católico era a falta de reconhecimento de seu casamento perante o governo e que, além de terem sua moral atacada, encontravam-se privados de “vários direitos decorrentes do contrato matrimonial”⁶⁷. Angela Lima, por sua vez, aponta que mesmo com a liberdade de culto confirmada na Constituição, a intolerância religiosa e a invalidade dos casamentos civis configuraram-se como fatores de repulsão⁶⁸.

Por fim, destacamos um último item que aparece nos dois materiais: os próprios núcleos coloniais, contudo, diferentemente de *Religião e Clima*, temos um claro afastamento na forma como este tema é exposto e, principalmente, no modo como se desenvolveram.

⁶⁵ VASCONCELLOS, op. cit., p. 41; **A Província de S. Paulo...**, op. cit., p. 17.

⁶⁶ CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Tese de Doutorado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015, p. 183.

⁶⁷ MESQUITA, op. cit., p. 63.

⁶⁸ LIMA, op. cit., p. 157.

José de Souza Martins, afirma que os emigrantes que se assentavam em núcleos coloniais de São Paulo configuravam-se como uma reserva de trabalhadores para os fazendeiros e, caso se fizesse necessário, poderiam ser realocados para os cafezais⁶⁹. Enquanto essa realocação não se fizesse fundamental, os colonos se dedicariam à produção de gêneros de primeira necessidade, que se encontrava em carestia na época.

O que nos chama a atenção na análise de Martins é o aspecto ambíguo que os núcleos coloniais desempenharam em São Paulo: ao mesmo tempo em que sua base era uma economia de subsistência, eles estavam totalmente atrelados ao café, à economia de exportação. Uma divisão entre agricultura de alimentos e agricultura de exportação foi idealizada, quando, na verdade, ela nunca existiu⁷⁰.

Diferentemente das regiões sulistas que buscavam “preencher os seus vazios”, a Província de São Paulo não tinha esse problema para solucionar. De acordo com o próprio guia da Promotora, a província contava com um contingente populacional de um milhão e quatrocentos mil habitantes⁷¹, em 1886, enquanto

⁶⁹ MARTINS, José de Souza. **A comunidade na sociedade de classes**. Estudo sociológico sobre o imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1970, p. 35

⁷⁰ Idem, **A imigração e a crise no Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 63

⁷¹ Esse número difere em quase duzentos mil habitantes segundo os dados apresentados por Bassanezi em *São Paulo do Passado*, segundo a autora, a província paulista contava com 1.209.425 almas. BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. **São Paulo do Passado: Dados demográficos 1886/IV** (org.). 1999, p. 107.

todo o território brasileiro possuía treze milhões⁷², valor que corresponde, aproximadamente, a 11,7% de toda a população residente no Brasil nesse período.

Paula Beiguelman defende que os núcleos coloniais paulistas eram “viveiros de trabalhadores para a grande lavoura”⁷³ e que o malogro de experiências com colonos, como o Sistema de Parceria do Senador Vergueiro, passou a ser a justificativa utilizada pelos fazendeiros de monocultura (café) de exportação para se oporem a tais criações.

Não apenas Beiguelman defende a ideia de que os núcleos paulistas foram utilizados como iscas para atrair o imigrante para a fazenda de café. De acordo com Ferlini e Fillipini, esta é uma forte corrente na historiografia, os autores que a ela se alinham defendem que na província paulista a organização da pequena propriedade esteve enraizada aos interesses da cafeicultura de exportação, logo, enquanto no Sul a preocupação estava no preenchimento dos espaços, em São Paulo os núcleos passaram a fazer parte do próprio sistema vigente (monocultor de exportação)⁷⁴.

Enquanto os colonos eram encarados pela SCI como “agentes modernizadores”, nos núcleos coloniais paulistas

⁷² **A Província de S. Paulo no Brasil...**, p. 03.

⁷³ BEIGUELMAN, op. cit., p. 59.

⁷⁴ FERLINI, Vera Lucia Amaral; FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n° 2526. 1992, p. 125.

assumiram o encargo de “fornecedores de mão de obra, de matéria-prima e locais privilegiados para a implantação da indústria em São Paulo”⁷⁵.

Considerações finais

A relação estabelecida entre a Central e a Promotora, as duas principais sociedades imigratórias do Império, demonstra, significativamente, como a lavoura cafeeira foi responsável por moldar a política imigratória de São Paulo e deixa claro que a província assumiu posição contrária às políticas do Governo Central, atuando efetivamente em oposição ao órgão oficial de imigração e suas medidas.

Considerando que este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa ainda em andamento, nos deparamos com questionamentos que, no momento, encontram-se por serem investigados mais a fundo, por exemplo, como as outras regiões viam a política paulista de imigração, estariam as outras províncias satisfeitas com o modelo desejado pela SCI e pelo Império ou também buscaram, em suas próprias maneiras, desenvolver uma política de atração própria, visando atender às necessidades locais? A SPI atuou contra a entrada de imigrantes indesejáveis ou não se envolveu em questões de branqueamento e modernidade tão

⁷⁵ ALVES, Alexandre. Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1902). In: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; ALVES, Alexandre; KENEZ, Katia; *et al.* **Diadema nasceu no Grande ABC: história retrospectiva da Cidade Vermelha.** [S.l.: s.n.], 2001, p. 56.

discutida pela Central, que buscava, através da introdução europeu eliminar o elemento negro da sociedade brasileira, considerada a marca do atraso? Quais as parcerias estabelecidas entre os responsáveis pelos guias para emigrantes e os recrutadores na Europa e os ganhos de cada parte?

Dessa forma, espera-se que a análise dos guias para emigrantes, juntamente com outras fontes do período e confronto com a literatura existente, permita responder esses questionamentos e compreender de maneira mais ampla e aprofundada as incumbências que o imigrante desempenharia no Brasil e refletir sobre a importância da propaganda nas políticas de atração do século XIX. Percebe-se que, apesar de conterem divergências, ambos os órgãos encararam a propaganda como uma importante ferramenta para concretizar seus objetivos. Afinal, a circulação deste tipo de material por potenciais imigrantes certamente poderia influenciá-los em suas decisões e resolver possíveis conflitos de para onde migrar, além de construir a imagem de um Brasil ideal(izado) para se viver e, principalmente, trabalhar.

Referências Bibliográficas

ALVES, Alexandre. Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1902). In: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; ALVES, Alexandre; KENEZ, Katia; *et al.* **Diadema nasceu no Grande ABC: história retrospectiva da Cidade Vermelha.** [S.l: s.n.], 2001.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. **São Paulo do Passado: Dados demográficos 1886/IV** (org.). 1999.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.** São Paulo: Pioneira, 1968.

BIANCO, Maria Eliana Basile. **A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895).** Dissertação de Mestrado (FFLCH/USP), 1982.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015.** Tese de Doutorado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

CARREGA, Arthur Daltin. **Imigrantes para a pequena propriedade: o boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891).** Dissertação de Mestrado (UNESP/FCL). Assis, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, Mar. 2014.

COSTA, Julianna C. Oliveira. **Hospedaria da Ilha das Flores:** um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação de Mestrado (UERJ). São Gonçalo, 2015.

FERLINI, Vera Lucia Amaral; FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n° 2526, 1992.

HALL, Michael M. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. **Rev. História (USP)**, ano XXVII, v. LIII, São Paulo, 1976.

KOSERIZ Carl von. **Imagens do Brasil**. Tradução Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: EDUSP, 1980.

KUSHNIR, Beatriz. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do paraíso. In: MATOS, Maria Izilda; Sousa, Fernando de; HECKER, Alexandre. (Org.). **Deslocamentos & Histórias:** os portugueses. Bauru: EDUSC, 2008.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade.** Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LIMA, Angela Bernadete. **“Nós declaramos guerra ao latifúndio!”** Propostas ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-19891). Dissertação de Mestrado (UFSC). Florianópolis, 2015.

MACEDO, Fernando C.; MAGALHÃES, Diogo F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional** v. 16, n. 1, 2011.

MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana no Rio Grande do Sul.** Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre: Fotogravura do Sul Ltda. 1975.

MARTINS, José de Souza. **A comunidade na sociedade de classes.** Estudo sociológico sobre o imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo. Tese de Doutorado (FFLCH/USP). São Paulo, 1970.

_____. **A imigração e a crise no Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império.**

CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, Jan./Abr. Salvador, 2009.

MESQUITA, Sergio L. Monteiro. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910)**. Dissertação de Mestrado UERJ. 2000.

PETRI, Katia. **“Mandem vir seus parentes”**: A sociedade promotora de imigração em São Paulo (1886-1896). Dissertação de Mestrado (PUC- SP). São Paulo, 2010.

REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História (São Paulo. Online)**, 2014.

SANTOS, Iverson P. A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895). **Revista De Economia Política e História Econômica**. Ano 07. Número 21. Junho de 2010.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, nem Flores**: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, departamento de História. São Paulo, 2010.

VASSILIEFF, Irina. **A sociedade Central nos fins do século XIX e a “Democracia Rural”**. 1987.

Fontes

A Folha Nova. Rio de Janeiro, 13 out. 1884

A província de S. Paulo. Emigrante lede este folheto antes de partir. São Paulo, 1886.

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808. Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-40271-25-novembro-1808-572458-publicacaooriginal-95562-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-40271-25-novembro-1808-572458-publicacaooriginal-95562-pe.html)>.

REBOUÇAS, André. A agricultura nacional. 1883.

VASCONCELLOS, F. de B. e Accioli de. O guia do emigrante para o Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1884.